

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 36

Data: 7 de janeiro de 1982

Pg.: _____

FSP 7.01.82 **Prenúncio para Carajás**

ROGÉRIO C. CERQUEIRA LEITE

A questão do quartzo brasileiro deverá tornar-se antológica. Não pelo seu valor econômico e muito menos porque constitua uma exceção ou um caso extremo. A importância histórica desse exemplo advém da simplicidade da estrutura internacional que administra a sua exploração e dos meios simples e eficazes adotados pelo capital transnacional para derrotar as nossas pretensões nacionalistas.

Abandonando o estilo impessoal em que normalmente escrevo usarei a primeira pessoa porque, além do relato ilustrativo de fatos relevantes, desejo registrar meu testemunho pessoal.

Em 1974, um grupo de professores de Física e estudantes de pós-graduação da Unicamp se dispôs a elaborar um estudo de viabilidade técnica e econômica sobre a industrialização do quartzo e do silício cristalino no Brasil. Embora igualmente triste, o caso do silício cristalino é mais complexo e seu relato será deixado para outra ocasião.

O quartzo é hoje usado principalmente na indústria eletrônica. Computadores, sistemas de controle, instrumentos de medida, aparelhos de telecomunicações, têm como base componentes ativos tais como microcircuitos, diodos, transistores etc. produzidos fundamentalmente com silício cristalino. Estes cristais, para sua confecção, exigem tubulações, receptáculos, campânulas e autoclaves de quartzo fundido. Este material tem inúmeras outras aplicações, tanto na indústria química como em instrumentação e ótica. Sem quartzo fundido não há silício cristalino e sem esse material não há componente eletrônico, o que significa que toda a informática e toda a tecnologia de telecomunicações é dependente do quartzo. Em 1974 todo o quartzo industrializado no mundo era proveniente do Brasil e todas as indicações eram de que nenhum outro país possuía jazidas comercializáveis de quartzo "de primeira qualidade", essencial para aplicações na eletrônica, e que o quartzo era praticamente insubstituível. Qualquer um seria capaz de perceber a importância estratégica do quartzo brasileiro.

O relatório elaborado pelos pesquisadores da Unicamp, um pouco ingênuo e entusiasmado talvez, revelou, todavia, alguns fatos surpreendentes. O quartzo era "catado" por garimpeiros, suas mulheres e filhos e vendido a membros de uma rede de intermediários que exportavam ao preço médio de meio dólar por quilograma. Esses cristais eram fundidos e transformados em lingotes ou tubos. Nessa forma o quartzo fundido era vendido a um preço mínimo de 50 dólares por quilograma. Assim, após um tratamento puramente físico (eventualmente uma lavagem química e aplicada) a matéria-prima sofria uma valorização por um fator de pelo menos 100. O Brasil exportava entre três e quatro mil toneladas por ano e recebia um e meio ou dois milhões de dólares. Aquela época uma indústria transnacional de pelo menos meio bilhão de dólares era mantida pela exportação da matéria-prima brasileira.

Após algumas peripécias, o relatório final, relativo ao estudo que havia sido encomendado pela Finep, órgão da Sepian, chegou às mãos do então ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio. Elaborei então uma proposta de regulamentação para a exportação do quartzo que continha basicamente três itens. Preços mínimos para as várias qualidades do cristal. Quotas de exportação para as várias categorias, que seriam reduzidas a zero em cinco anos, quando supostamente o País já teria implantada uma indústria própria. E a imposição de uma sobretaxa que seria destinada a impulsionar a industrialização do quartzo fundido.

Após negociações com todas as diretorias das empresas interessadas, às quais foi proposta a fórmula tripartite já testada no pólo petroquímico da Bahia, ficou claro que nenhuma das empresas que tradicionalmente operavam no campo se aventuraria no Brasil sem uma maioria acionária. Essas empresas, com uma única exceção, eram todas subsidiárias de grandes corporações européias, e após dois ou três meses de hesitação decidiram de comum acordo resistir à política brasileira de produção de semi-acabados de quartzo fundido. Foi iniciado um sistema de pressões sobre "certos pontos frágeis do governo". Esta iniciativa pôde entretanto ser neutralizada. Não obstante, um estoque apreciável havia sido armazenado durante o período de tempo em que se analisava o relatório original e se discutia a política a ser adotada. O governo americano também ajudou as empresas consumidoras liberando uma parcela de seu estoque estratégico, acumulado a partir das jazidas brasileiras.

Eu esperava, todavia, que após dois ou três anos esses estoques se esgotassem e nesse período a produção nacional já teria começado. Triste engano. Inicialmente procurei montar na Alemanha um grupo que elaborasse o projeto e se trasladasse posteriormente para o Brasil com a tecnologia. Subitamente todos os contatos se romperam. Os técnicos haviam sido "recuperados". Um outro grupo, localizado nos EUA desta vez, iniciou entendimentos para compor essa tecnologia. Já a essa época parecia-me claro que o caminho seguro teria sido o desenvolvimento dos equipamentos no Brasil. Algum tempo havia sido desperdiçado, mas sendo o Brasil detentor de praticamente todas as reservas de quartzo de qualidade, parecia assegurado o sucesso.

Obtive então informações seguras de que o quartzo brasileiro continuava chegando na Europa a preços inferiores àqueles legais e em quantidades superiores àqueles registradas na Cacex. A rota do contrabando foi identificada. Uma companhia suíça com representante no Uruguai seria a principal distribuidora. Endereços e outros detalhes foram revelados. Não obstante, o quartzo brasileiro continuava chegando à Europa. Para confundir os ânimos, foi incentivada a extração de quartzo de terceira qualidade em Angola, que não poderia substituir a variedade de grau eletrônico brasileira mas servia para camuflar o contrabando.

Nesse intervalo continuava a caça a um empresário brasileiro que pudesse participar do empreendimento. Não havia tradição nacional no campo e havia a ameaça das multinacionais que seriam "capazes de tudo" para derrotar o projeto brasileiro, mesmo que fosse unicamente pelo princípio. O pavor de enfrentar condições adversas

no plano internacional e, antes de tudo, a desconfiança na constância da política governamental no setor eram os argumentos mais frequentes para as inúmeras desistências. Por outro lado, o BNDE só atenderia ao projeto se o empresário nacional preenchesse condições específicas.

Enquanto isso o grupo montado nos EUA para sobreviver teve que ceder parcelas da tecnologia ao Japão. Dispúnhamos da mais avançada tecnologia, todo o projeto detalhado estava pronto e não se encontrava um grupo empresarial que satisfizesse o governo. Na realidade, havia falta de vontade política dentro do próprio Executivo e um grande emaranhado no sistema decisório, aliado ao temor de assumir

responsabilidades. Seis anos depois de iniciada a política de industrialização do quartzo, ficou claro que os dirigentes das empresas estrangeiras tinham razão. Eles podem sempre contar com a falta de determinação nas decisões governamentais brasileiras e com a timidez do empresariado nacional. A regulamentação das exportações já foi removida e voltamos à estaca zero. A mão-de-obra semi-escravizada continuará seu melancólico destino de servidão e as riquezas naturais brasileiras serão exauridas sem benefícios para a Nação. Um prenúncio para Carajás.

Rogério César de Cerqueira Leite é físico, escritor, professor da Unicamp e membro do Conselho Editorial da "Folha".

